

**Invisibilidade dos ‘Beiradeiros’ do Rio Madeira na implantação dos projetos hidrelétricos:
ausência de reconhecimento da etnicidade e identidade coletiva das comunidades tradicionais
ribeirinhas**

**Invisibility of the ‘Beiradeiros’ of the Madeira River in the implementation of hydroelectric
projects: lack of recognition of the ethnicity and collective identity of traditional riverside
communities**

Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza¹

RESUMO

A tensão econômica transnacional estabeleceu a necessidade dos países sul-americanos em constituir uma entidade supranacional, COSIPLAN, para fomento da integração da infraestrutura, a partir de 2000. Planejou-se para a Amazônia Ocidental, eixo Brasil – Peru – Bolívia (IIRSA), um corredor fluvial, viário e ferroviário, além do incremento de excedente energético, explorando a riqueza hídrica do Rio Madeira e seus afluentes, por meio da implantação de usinas hidrelétricas no Rio Madeira e na Bolívia. A pesquisa objetiva analisar o reconhecimento da identidade coletiva e tradicional das comunidades ribeirinhas no planejamento e acompanhamento da implantação e operação das usinas hidrelétricas no Rio Madeira. Na fase de investigação foi utilizado o método indutivo; na fase de tratamento dos dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base lógica indutiva. Evidenciou-se que o projeto da construção das duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, desqualificou o discurso e o sistema de vida daqueles que se aproximam do que se denomina “povos da floresta”, mais precisamente, as comunidades tradicionais ribeirinhas. Avaliou-se que o licenciamento ambiental e a implantação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau resultaram em impactos transescalares sobre as comunidades ribeirinhas que viviam às margens do Rio Madeira, causando a desterritorialização e fragmentação da identidade coletiva, ante a falta de seu reconhecimento, com a perda da identidade de seus membros, dos seus símbolos, do seu modo de viver e de se conceber, acumulando pessoas, antes ribeirinhas, na pobreza em áreas periféricas urbanas e rurais, expropriadas do seu coletivo.

¹ Magistrada do Tribunal de Justiça de Rondônia. Professora e formadora da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON e Escola Nacional de Formação de Magistrados – ENFAM. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR (2019). Doutora em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (2023). E-mail: ursula@tjro.jus.br

PALAVRAS-CHAVE: Ribeirinhos; Comunidades tradicionais; Usinas hidrelétricas; Teoria do Reconhecimento.

ABSTRACT

Transnational economic tension established the need for South American countries to establish a supranational entity, COSIPLAN, to promote infrastructure integration, starting in 2000. It was planned for the Western Amazon, Brazil – Peru – Bolivia axis (IIRSA), a river, road and rail corridor, in addition to increasing energy surplus, exploiting the water wealth of the Madeira River and its tributaries, through the implementation of hydroelectric plants on the Madeira River and in Bolivia. The research aims to analyze the recognition of the collective and traditional identity of riverside communities in planning and monitoring the implementation and operation of hydroelectric plants on the Madeira River. In the research phase, the inductive method was used; In the data processing phase, the Cartesian method was used and in the research report, the inductive logic basis was used. It was evident that the project to build two hydroelectric plants on the Madeira River disqualified the discourse and the life system of those who are close to what are called “forest people”, more precisely, the traditional riverside communities. It was assessed that environmental licensing and the implementation of the Santo Antônio and Jirau hydroelectric plants resulted in great impacts on the riverside communities that lived on the banks of the Madeira River, causing the deterritorialization and fragmentation of collective identity, due to the lack of recognition, with the loss of the identity of its members, their symbols, their way of living and conceiving themselves, accumulating people, previously riverside, in poverty in peripheral urban and rural areas, expropriated from their collective identity.

Keywords: Riverines; Traditional communities; Hydroelectric plants; Recognition Theory.

INTRODUÇÃO

O impacto para a América latina de grandes blocos transnacionais, ante a globalização intensificada a partir da década de 80, sedimentaram a necessidade de se buscar cooperação mútua, na busca pelo desenvolvimento regional, nacional e internacional, fomentando a criação de organismos supranacionais, como o MERCOSUL e a COSIPLAN. Esta última com uma visão de integração de infraestruturas entre os países sul-americanos, o IIRSA, com 12 eixos, entre elas, o eixo Brasil – Peru – Bolívia (Unasur, 2002), com projetos de implantação de transporte fluvial, ferroviário e viário entre os 3 países, para escoamento da produção e interligação dos Oceanos Atlânticos e Pacífico. Além desta necessidade, a crise energética ocorrida na década de 90, estabeleceu a ambiência para exploração hídrica dos rios amazônicos, dentre eles, o Rio Madeira, projetando-se a construção de duas Usinas Hidrelétricas - UHE no Rio Madeira, a partir de 2005, que formaria o Complexo Madeira, com a implantação futura de outra usina hidrelétrica binacional na fronteira da Bolívia, e mais uma usina na Bolívia, as quais se encontram ainda em estudos.

METODOLOGIA

Na fase de investigação foi utilizado o método indutivo, na fase de tratamento dos dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base lógica indutiva. A metodologia deste estudo inclui revisão bibliográfica e análise documental nos licenciamentos ambientais das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As UHEs do Rio Madeira, denominadas Santo Antônio e Jirau, iniciaram a implantação em 2008, contudo, como se observou tanto pela judicialização dos processos nas varas cíveis de Porto Velho, como pelo estudo dos licenciamentos ambientais, as comunidades ribeirinhas não foram consideradas como comunidades tradicionais, mas como meros ocupantes de áreas limítrofes ao Rio Madeira, invisibilizando o modo de vida e cosmovisão destas comunidades, verdadeiro bem cultural (Souza Filho, 1977), que se reconhecem como identidades coletivas, vivendo da pesca no Rio Madeira e da plantação de roça no seco e na várzea (Teixeira, 2008), para sua subsistência. Identidade étnica (Almeida, 2008) esta que além de se autorreconhecer como vinculada estritamente ao território que ocupa, cujo significado é diverso dos empreendimentos e da sociedade envolvente (Santilli, 2005), que precifica e coisifica a natureza, também é identificada pelas demais comunidades ribeirinhas, formando uma rede de apoio e de convivência também com a sociedade envolvente (Barretto Filho, 2006). Denominados por muitos da região como ‘beiradeiros’, as festas periódicas, a sazonalidade de suas lavouras, o extrativismo dos produtos da floresta, suas produções e cultura, permeiam a região de Porto Velho e lhe dá cor, cheiro e características peculiares de uma região multicultural (Santos, 1997). Com esta invisibilização pelas UHEs os membros afetados das comunidades foram remanejados para outras áreas ou indenizados, constituindo o que Milton Santos denomina de Guerra de lugares (1999), em total descumprimento aos preceitos da Convenção 169 da OIT. A omissão das comunidades ribeirinhas como tradicionais, tanto no licenciamento ambiental como na implantação dos dois empreendimentos desqualificaram o discurso e o sistema de vida dos ribeirinhos, ‘beiradeiros’, “povos da floresta”.

CONCLUSÃO

A pesquisa avaliou que os impactos transescalares sobre as comunidades ribeirinhas que viviam às margens do Rio Madeira, omitiram sua condição de identidade coletiva e tradicional, causando a desterritorialização e fragmentação (Tortosa, 2011) da sua identidade étnica, verdadeira expulsão (Sassen, 2016) pela falta do reconhecimento (Taylor, 1992), com a perda da identidade de seus membros, dos seus símbolos, do seu modo de viver e de se conceber, acumulando pessoas, antes ribeirinhas, na pobreza (Acosta, 2022) em áreas periféricas urbanas e rurais, expropriadas do seu coletivo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. ***La humanidad es naturaleza. Pensando em outra economia y otras formas de vida.***
- MALDONADO, Emiliano; CAFRONE, Marcelo; DERMMAM, Marina (org). Direitos da Natureza, Extrativismo e Litigância climática. Rio Grande: Editora da FURG, 2022.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombos, terra indígenas, ‘babaçuais livres’, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos.** Terras tradicionalmente ocupadas. Coleção Tradição & ordenamento jurídico, vol. 2. 2 ed. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. **Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma nação.** In: ADAMS, C; MURRIETA, E; NEVES, W. (Org.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural.** ISA, Editora Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Uma concepção multicultural de direitos humanos**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000100007>. Acessado 10 Agosto 2022.

SANTOS, Milton. **Guerra dos lugares**. 1999 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_3_5.htm. Acesso em: 16 abr. 2019

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Angélica Freitas (trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1977.

TAYLOR, Charles Taylor et al. ***Multiculturalism and “The politics of recognition”***. Princeton: Princeton University Press, 1992.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **O Rio e os tempos: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do Vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI**. Saber Científico, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 223-295, jul. 2008. ISSN 1982-792X. Disponível em: <<http://revista.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/51>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

TORTOSA, José Maria. ***Maldesarrollo y mal vivir. Pobreza y violencia a escala mundial***. Quito: Ediciones Abya – Yala, 2011.

UNASUR. COSIPLAN. ***Ejes de Integración y Desarrollo***. Disponível em <https://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=68>. Acesso em 9 set. 2022